



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
CONSULTORIA TÉCNICA

PROCESSO Nº 15.982/2021

ESPÉCIE: Informação

PROCEDÊNCIA: Instituto de Previdência de Iranduba – **INPREVI**.

ASSUNTO: Consulta Interposta pelo Instituto de Previdência de Iranduba Acerca da Legalidade de Concessão de Aposentadorias.

INFORMAÇÃO N.º 53/2021 - CONSULTEC

Senhor Conselheiro-Relator,

Trata-se, no processo administrativo em epígrafe, de **CONSULTA** formulada pelo sr. **ANDERSON CORDEIRO MOTA**, Presidente do Instituto de Previdência de Iranduba – **INPREVI**, representado nos autos por seus patronos, resta preenchido o requisito da legitimidade do Consulente para ingressar com a demanda, nos termos do art. 274, V, do RITCE/AM., indagando, em síntese:

“No ato de concessão de aposentadoria, esta Autarquia Previdenciária calcula os proventos através do Sistema para Cálculo de Aposentadorias e Pensões – SICAPWEB/ONLINE, e no referido sistema há a inclusão de todos os benefícios a que faz jus o (a) servidor (a);

*Ocorre que este Instituto, quando se trata de aposentadoria de professor (ao incluir entre os benefícios, o de Gratificação de Regência de Classe (**art. 18, Lei Municipal 178/2011**)). Contudo, não obstante a existência de aposentadorias julgadas legais com a referida gratificação, fora recebida nesta autarquia dois despachos determinando que fosse feita a retificação dos proventos das servidoras uma vez que a referida gratificação não poderia ser concedida para servidores que estão em inatividade;*

Colacionamos, em anexo, os casos paradigmas onde a servidora teve aposentadoria julgada legal, determinando-se registro do ato de inativação e dois casos onde esta Corte de Contas determinou a retificação dos proventos das servidoras aposentadas;

Av. Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 CEP: 69055-736 - Manaus – AM
Fone: (92) 3301-8212. E-mail: consultec@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceamazonas



/tce-am



@tceam



/tceam



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
CONSULTORIA TÉCNICA

Destarte, esta Autarquia Previdenciária pugna pela manifestação de Vossas Excelências acerca do presente questionamento e de como se deve proceder, bem como pugna pela uniformização da jurisprudência acerca da aplicação legal em comento.”

Admitida a Consulta por meio do **DESPACHO Nº 1053/2021-GP.**

De ordem, por meio **DESPACHO N. 690/2021 - GCARIMOUTINHO**, os autos vieram a esta **CONSULTEC**, para manifestação a respeito.

É relatório, sucintamente.

Vejamos.

No âmbito desta Corte de Contas, as Consultas, em tese, encontram-se previstas no art. 1º, XXIII, da Lei estadual nº 2.324/1996 (Lei Orgânica do TCE), e o seu procedimento está regulado nos arts. 274 a 278 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno).

Primeiramente, para Alexandre Freitas Câmara “*a utilização de precedentes, seria necessário haver nas decisões: (I) a descrição da circunstância fática do caso concreto; (II) o que tal circunstância se assemelha ao precedente utilizado; (III) o exame dos argumentos debatidos no voto de cada julgador do órgão colegiado; (IV) o que prevaleceu e o porquê deste argumento ou tese jurídica se aplicar ao caso em julgamento (CÂMARA, 2018).*”

A Lei Municipal nº 178/2011, de 28 de janeiro de 2011, no art.18, *caput*: “[...] A Gratificação de Regência de Classe – GRC, exclusiva do professor em efetivo exercício da atividade docente na sala de aula, incluirá em 30% (trinta por cento)[...]”. Diante da ausência de qualquer exceção na referida norma, esta Consultoria Técnica, em obediência ao princípio da legalidade entende que não deve ser deferido em favor do inativo.

Nada obstante, a utilização de mecanismos de uniformização, obrigatoriamente fundamentada, não pode sobrepujar a **devida interpretação da norma e a correta aplicação ao**





ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
CONSULTORIA TÉCNICA

caso concreto, devendo apenas orientar o julgador a partir de premissas prévias e exaustivamente discutidas.

Importa destacar o disposto no Art. 278, *caput*, do Regimento interno desta Corte de Contas: “A resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, **mas não do fato ou caso concreto.**”

Mais adiante, acerca da uniformização jurisprudencial do TCE/AM, tem-se:

Art. 294. A **uniformização da jurisprudência do Tribunal faz-se exclusivamente:**

I - pela arguição de questão juridicamente relevante;

II - pela emissão de enunciado da súmula de jurisprudência dominante.

§ 1º Cabe à **Comissão de Jurisprudência**:

I - organizar um quadro com a relação atualizada de todas as questões de relevância e enunciados de súmula do Tribunal, cuidando de verificar a compatibilidade entre eles no curso do tempo;

II - subsidiar os Conselheiros, os Auditores, os membros do Ministério Público e setores técnicos do Tribunal com informações acerca da jurisprudência da Corte, uniformizada ou dispersa;

III - supervisionar os trabalhos técnicos da SUBTEC e da Consultoria Jurídica, referentes à uniformização de jurisprudência.

§ 2º Verificando a Comissão de Jurisprudência que há **incompatibilidades** lógicas, formais ou materiais entre as questões juridicamente relevantes, entre as súmulas ou entre estas e aquelas, informará ao Presidente do Tribunal para que este tome as devidas medidas corretivas, suscitando a rediscussão em Tribunal Pleno de tais enunciados.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a Comissão de Jurisprudência verificará, ainda que por amostragem, a inclinação jurisprudencial prevalente, bem como os temas evidentemente dissonantes na jurisprudência da Corte e **proporá ao Presidente do Tribunal as medidas tendentes à uniformização.**

Cumprido esclarecer, poderá ser suscitada a **arguição de questão juridicamente relevante** para a uniformização da jurisprudência, quando houver **divergência acentuada entre as decisões** no Tribunal Pleno ou dentro da Câmara, entre Câmaras diferentes ou entre a Câmara e o Tribunal Pleno, em casos de mesmos fundamentos legais e constitucionais ou de semelhantes situações de fato sujeitas à mesma regulamentação.

Av. Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 CEP: 69055-736 - Manaus – AM
Fone: (92) 3301-8212. E-mail: consultec@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceamazonas



/tce-am



@tceam



/tceam



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
CONSULTORIA TÉCNICA

Ante o exposto, e em estrita obediência ao determinado pelo Regimento Interno deste TCE/AM, caberá ao final ao Tribunal Pleno decidir por maioria absoluta.

Remetam-se os autos ao órgão graduado do Ministério Público que funciona junto a esta Corte de Contas, para o exercício de suas atribuições, *custo legis*.

É o relatório técnico, s.m.j.

CONSULTORIA TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de outubro de 2021.

Av. Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 CEP: 69055-736 - Manaus – AM
Fone: (92) 3301-8212. E-mail: consultec@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceamazonas



/tce-am



@tceam



/tceam